



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça Estado da Paraíba  
Gabinete da Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes

## DECISÃO MONOCRÁTICA

### APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002722-91.2015.815.0000

**Origem** : 1ª Vara de Executivos Fiscais da Comarca da Capital  
**Relatora** : Des. Maria das Graças Morais Guedes  
**Apelante** : Estado da Paraíba  
**Procurador** : Silvana Simões de Lima e Silva  
**Apelado** : Município de João Pessoa  
**Procurador** : Ademar Azevedo Regis

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO COMO MEIO RECURSAL CABÍVEL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-H DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ENTENDIMENTO SUMULADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO INADMISSÍVEL. SEGUIMENTO NEGADO.**

O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.

Como o recurso está em manifesto confronto com a Súmula nº 118 do Superior Tribunal de Justiça, configura-se a hipótese legal que autoriza a decisão monocrática.

**Vistos, etc.**

Trata-se de **Apeleção Cível** interposta pelo **Estado da Paraíba** contra decisão prolatada pelo Juízo da 1ª Vara de Executivos Fiscais da Comarca da Capital nos autos da Ação de Execução Fiscal em face dele ajuizada pelo **Município de João Pessoa**.

O Órgão judicial de primeira instância homologou os cálculos e determinou a intimação do exequente para se pronunciar acerca da possível existência de débitos suscetíveis de compensação, fls. 130.

Nas razões recursais, fls. 136/142, o apelante sustenta, em suma, que o *decisum* merece ser desconstituído e a execução extinta “ *pois não observou que a CDA (título executivo) é nula, devendo-se ser aplicada a Súmula n. 46 do TJPB.*”

Aduz ainda, falha na Lei Complementar 16/1998, por não trazer em seus dispositivos qualquer hipótese de incidência da taxa para os prédios públicos.

Requer o provimento monocrático do recurso apelatório.

Contrarrazões ofertadas às fls. 30/35, pugnando pelo não conhecimento do apelo, por ter sido interposto em face de uma decisão interlocutória.

A Procuradoria de Justiça, fls. 41/42, opina pelo não conhecimento do recurso.

**É o relatório.**

**D e c i d o .**

Contam os autos que, não obstante citado, o Estado da Paraíba deixou de opor Embargos à Execução, tendo o julgador de primeiro grau homologado os cálculos elaborados pelo Município de João Pessoa (fl. 130), no valor de R\$ 10.469,63 (dez mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos).

Irresignado, o Estado interpôs recurso apelatório.

Dispõe expressamente o art. 475-H, do CPC : “**Da decisão de**

**liquidação caberá agravo de instrumento”.**

Assim sendo, o recurso será sempre o de agravo de instrumento, tanto da sentença de liquidação quanto das decisões sobre cálculo proferidas no curso da execução.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça editou súmula:

Súmula 118 do STJ : O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.

Interposta apelação contra decisão que resolve questão incidente, resta caracterizada a inadmissibilidade do apelo.

Por fim, consoante o art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Com essas considerações, em harmonia com o parecer ministerial, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO APELATÓRIO**, por ser manifestamente inadmissível.

**P.I.**

João Pessoa, 27 de outubro de 2015

**Desa. Maria das Graças Morais Guedes**

**RELATORA**